

Alexandra Lacerda Ferreira Rios

De: guilherme@lancenow.com.br
Enviado em: sexta-feira, 14 de fevereiro de 2020 16:56
Para: Ana Flavia Mota Castro
Assunto: RES: Credenciamento 01/2019 - MJSP - Pendência SICAF

Ana Flávia,

Encaminhei a documentação na hora do credenciamento!

1) Conforme solicitado, segue um breve posicionamento dos processos oriundos da execução fiscal citada acima, instaurada de ofício pelo Juiz Federal de , em virtude do leilão de um bem.

2) Atualmente, existem dois mandados de segurança em andamento, que foram impetrados em virtude da decisão do Magistrado, que houve por bem anular o leilão. Ambos os recursos serão julgados pelo *Superior Tribunal de Justiça*, haja vista os Recursos Ordinários interpostos contra os acórdãos proferidos pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

3) Por outro lado, em primeira instância, existem os Embargos à Execução, distribuído por dependência à Execução Fiscal, opostos para maior discussão acerca da CDA nº 80615067586-00, que foi constituída sem observância ao princípio do contraditório, sem processo administrativo e com a natureza de “custas”, situação essa que **afronta** indiscutivelmente os requisitos para formação de uma Certidão de Dívida Ativa, mormente porque os valores recebidos com a arrematação do estádio **têm natureza particular por se tratar de comissão**.

4) A própria Credora, União Federal, **afirma categoricamente** não ter legitimidade para cobrar o valor recebido a título de comissão, mormente porque o valor recebido “*não está abrangido pelo conceito de custas*”, ou seja, “*Tal valor possui caráter privada (comissão) e foi pago pelo arrematante, o único que possui legitimidade para pleitear a restituição e por meio de rito adequado*”. Note-se (decisão anexa):

5) Desta forma, conclui-se: **(i)** De ofício, foi constituído um suposto crédito fiscal com valores de natureza privada – comissão, com peças processuais extraídas da Execução Fiscal, movida contra o devedor; **(ii)** De ofício, foi ajuizada a Execução Fiscal contra o Leiloeiro, em nome da Fazenda Nacional, cuja dívida **não** é reconhecida pela Fazenda, conforme manifestação citada acima; **(iii)** A CDA apresentada no caso *sub judice* afronta todos os dispositivos legais aplicáveis no caso concreto, mormente porque **“o título não atende os requisitos previstos no artigo 2º, § 5º, inciso III, da Lei 6.830/80, na medida em que não constou a origem da dívida e a natureza do crédito tributário, o que inviabilizou o exercício do direito de defesa da executada, por não possuir os requisitos mínimos exigidos por lei.”**

São estes os esclarecimentos prestados!

Atenciosamente,

Guilherme Valland Junior
Cel. +55 11 98283-1100

E-mails: guilherme@lancenow.com.br
lancenowsup@gmail.com

Website: www.lancenow.com.br



[Lance Now — Leilões Judiciais e Hasta Pública Unificada](http://www.lancenow.com.br)

www.lancenow.com.br

Bem vindo ao portal de leilões judiciais eletrônicos da LanceNow. Só aqui você encontra as melhores oportunidades em imóveis e veículos pelos menores lances!

De: Ana Flavia Mota Castro

Enviada em: quinta-feira, 13 de fevereiro de 2020 17:24

Para: guilherme@lancenow.com.br

Cc: Vinicius Augusto Bittencourt Dalcol ; Gustavo Henrique C. de Paula Maciel

Assunto: Credenciamento 01/2019 - MJSP - Pendência SICAF

Senhor Leiloeiro,

Tendo em vista os procedimentos para formalização da contratação decorrente da Inexigibilidade nº 02/2020, decorrente do Edital de Credenciamento nº 01/2019, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), para realização de leilão de bens imóveis, informo que foram constatadas pendências junto ao Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, conforme documento anexo.

Assim, solicito a regularização no prazo de 2 (dois) dias para prosseguimento dos trâmites da contratação.

Atenciosamente,

Ana Flávia Mota Castro

Analista Técnico Administrativo

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Licitações e Contratos

Coordenação de Contratos

Divisão de Contratos

Esplanada dos Ministérios Bl. T, Anexo II, 6º andar, sala 612,

(61) 2025-3221

ana.mota@mj.gov.br